

HIERARQUIAS ESPACIAIS E TRABALHO DOMÉSTICO NA HABITAÇÃO BRASILEIRA: PERMANÊNCIAS DA CASA-GRANDE AO APARTAMENTO MODERNO

SPATIAL HIERARCHIES AND DOMESTIC LABOUR IN BRAZILIAN HOUSING: PERMANENCIES FROM THE CASA-GRANDE TO THE MODERN APARTMENT

JERARQUÍAS ESPACIALES Y TRABAJO DOMÉSTICO EN LA VIVIENDA BRASILEÑA: PERMANENCIAS DE LA CASA-GRANDE AL APARTAMENTO MODERNO

 José Ricardo de Freitas Dias¹

RESUMO

A habitação brasileira apresenta continuidades marcantes na organização espacial, da casa-grande colonial ao apartamento contemporâneo. Este artigo examina as hierarquias espaciais que estruturam a moradia no Brasil, analisando permanências e transformações ao longo de cinco séculos. Por meio de análise histórico-tipológica apoiada em revisão bibliográfica crítica, argumentamos que a setorização tripartida em áreas social, íntima e de serviço materializa estruturas de longa duração vinculadas ao trabalho doméstico, classe, gênero e raça. A casa-grande estabeleceu a matriz organizacional reproduzida no sobrado urbano oitocentista e consolidada no apartamento do Movimento Moderno, perpetuando a segregação de funções e pessoas. Transformações recentes, intensificadas após a década de 1990 e aceleradas pela pandemia de Covid-19, indicam possibilidades de ruptura com esse modelo. Concluímos que alterações efetivas nas espacialidades domésticas dependem de transformações sociais amplas, não apenas de decisões projetuais individuais.

PALAVRAS-CHAVE: hierarquias espaciais; habitação brasileira; trabalho doméstico; setorização doméstica; apartamento.

ABSTRACT

Brazilian housing presents marked structural continuities in spatial organization, from the colonial period to the contemporary apartment. This article examines the spatial hierarchies structuring urban middle- and upper-class housing in Brazil, analysing permanencies and transformations from the sixteenth to the twenty-first century. Through historical-typological analysis supported by critical bibliographic review, we argue that the tripartite sectorization into social, intimate, and service areas materializes long-term structures linked to domestic labour, class, gender, and race. The colonial casa-grande established the organizational matrix reproduced in nineteenth-century urban townhouses and consolidated in the modernist apartment, perpetuating the segregation of functions and people. Recent transformations, intensified after the 1990s and accelerated by the Covid-19 pandemic, indicate real possibilities for rupture with this model. We conclude that substantive changes in domestic spatialities depend on broader social transformations, not merely on individual design decisions.

KEYWORDS: spatial hierarchies; Brazilian housing; domestic labour; domestic sectorization; apartment.

¹ Doutorando em Arquitetura, CIAUD - Centro de Investigação em Arquitetura, Urbanismo e Design, Faculdade de Arquitetura, ULisboa - Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal, jricardo1@edu.ulisboa.pt

SUBMETIDO EM: 03/12/2025
ACEITO EM: 02/04/2026

RESUMEN

La vivienda brasileña presenta continuidades estructurales notables en la organización espacial, desde el período colonial hasta el apartamento contemporáneo. Este artículo examina las jerarquías espaciales que estructuran la vivienda urbana de mediano y alto estándar en Brasil, analizando permanencias y transformaciones desde el siglo XVI hasta el XXI. Mediante análisis histórico-tipológico apoyado en revisión bibliográfica crítica, argumentamos que la sectorización tripartita en áreas social, íntima y de servicio materializa estructuras de larga duración vinculadas al trabajo doméstico, la clase, el género y la raza. La casa-grande colonial estableció la matriz organizacional reproducida en la vivienda urbana decimonónica y consolidada en el apartamento modernista, perpetuando la segregación de funciones y personas. Transformaciones recientes, intensificadas a partir de 1990 y aceleradas por la pandemia de Covid-19, indican posibilidades efectivas de ruptura. Concluimos que alteraciones sustantivas en las espacialidades domésticas dependen de transformaciones sociales amplias, no solo de decisiones proyectuales individuales.

PALABRAS CLAVE: jerarquías espaciales; vivienda brasileña; trabajo doméstico; sectorización doméstica; apartamento.

INTRODUÇÃO

A organização espacial da habitação brasileira carrega marcas profundas de estruturas sociais estabelecidas desde o período colonial. Da casa-grande às unidades verticalizadas contemporâneas, identificamos continuidades que transcendem períodos históricos, tecnologias construtivas e discursos arquitetônicos. Defendemos que a setorização tripartida entre áreas social, íntima e de serviço não constitui convenção projetual neutra: ela materializa hierarquias de classe, gênero e raça que atravessam séculos de história nacional (Freyre, 2019; Lemos, 1999; DaMatta, 1997). O trabalho doméstico constitui o vetor central dessa persistência, pois é em torno de sua organização, de quem o executa, onde o executa e como circula pelo espaço doméstico, que as hierarquias se inscrevem nas plantas e nos ambientes. Argumentamos que essas ordenações espaciais refletem e reforçam desigualdades sociais de longa duração, resistindo a transformações políticas, econômicas e culturais que poderiam tê-las desestabilizado.

Freyre (2019), em análise das relações entre senhores e escravizados no Brasil rural colonial, identificou na casa-grande não apenas uma tipologia arquitetônica, mas um dispositivo de organização social. Corona e Lemos (1972), no Dicionário da arquitetura brasileira, e Weimer (2005), em estudo sobre a arquitetura popular gaúcha, revelam a disseminação desses padrões em diferentes regiões e períodos. Lemos (1989), em levantamento histórico da evolução da moradia brasileira, mapeou a transição do rural ao urbano, evidenciando a permanência de lógicas segregadoras no sobrado oitocentista. Análises sobre as transformações urbanas no final do século XIX e início do XX demonstram como a substituição do trabalho escravizado reconfigurou, sem eliminar, as divisões domésticas (Chalhoub, 1996; Vaz, 1995; Homem, 1996; Pinheiro, 2011).

O apartamento modernista brasileiro, que operou em contexto distinto do congêneres europeu por contar com agentes, financiadores, clientes e usuários específicos, consolidou a tripartição funcional e incorporou dispositivos explícitos de segregação, como circulações diferenciadas e o quarto de empregada (Bonduki, 2014; Bruand, 2005; Tramontano, 1998; Villa, 2008). Sustentamos que a setorização modernista, tal como analisada por Amorim (1999) para a habitação do Nordeste brasileiro, longe de romper com hierarquias coloniais, as reformulou em linguagem racionalista. Essas análises convergem para uma constatação recorrente: a modernização da habitação brasileira operou, em larga medida, como atualização conservadora de hierarquias preexistentes, conforme sintetiza a Figura 1.



Figura 1: Diagrama comparativo - permanência da setorização tripartida e das circulações segregadas na casa-grande colonial, no sobrado urbano e no apartamento modernista brasileiro.



Fonte: Autor (2026).

O diagrama comparativo evidencia a permanência da setorização tripartida em três tipologias habitacionais brasileiras separadas por cinco séculos. Em cada caso, o setor de serviço ocupa posição periférica e mantém-se fisicamente segregado dos setores social e íntimo por circulações diferenciadas. Essa organização não resulta de convenção técnica neutra, mas de estrutura social de longa duração vinculada ao trabalho doméstico, à classe, ao gênero e à raça.

Por que a habitação brasileira preserva, ao longo de cinco séculos, formas de segregação espacial vinculadas ao trabalho doméstico e às hierarquias de classe, gênero e raça? A persistência dessas ordenações sugere que elas não resultam de decisões técnicas ou estéticas de arquitetos e construtores. Defendemos que a configuração interna das moradias expressa e naturaliza estruturas sociais profundas, tornando-se instrumento de reprodução de desigualdades (DaMatta, 1997; Caldeira, 2000). Argumentamos que alterações substantivas nas espacialidades domésticas dependem de transformações sociais mais amplas, não se reduzindo a inovações formais isoladas.

Este artigo articula três objetivos: revisitar os fundamentos coloniais das hierarquias espaciais (Freyre, 2019; Lemos, 1989; Weimer, 2005); examinar as reelaborações no sobrado urbano e no apartamento modernista brasileiro (Reis Filho, 2006; Bonduki, 2014; Anitelli; Tramontano, 2012); analisar as transformações contemporâneas, especialmente após 1990, quando alterações trabalhistas, demográficas, tecnológicas e de gênero desestabilizaram o modelo (Villa, 2008; Shimbo, 2010; Cabral; Gurgel, 2022), processo acelerado pela pandemia de Covid-19.

A abordagem metodológica privilegia a análise histórico-tipológica, articulando contribuições da história social, da arquitetura e dos estudos urbanos. Mobilizamos revisão bibliográfica crítica que dialoga com autores da historiografia da habitação brasileira, da antropologia urbana e da análise espacial. DaMatta (1997) fornece chaves interpretativas sobre as relações entre casa e rua, público e privado, que iluminam as divisões internas da moradia. Estudos sobre as transformações urbanas pós-abolição (Chalhoub, 1996; Vaz, 1995; Homem, 1996; Pinheiro, 2011) permitem compreender como a reconfiguração das relações de trabalho impactou as espacialidades domésticas. Análises sobre habitação social e os pioneiros da moradia coletiva no Brasil (Bonduki, 2014; Bruand, 2005; Anitelli; Tramontano, 2012) contextualizam a consolidação do apartamento

modernista. Pesquisas sobre financeirização, produção imobiliária e políticas habitacionais (Shimbo, 2010; Fix, 2011; Amore; Shimbo; Rufino, 2015; Cabral; Gurgel, 2022) contextualizam as pressões contemporâneas que começam a desestabilizar o modelo tradicional.

Delimitamos o recorte analítico nas organizações programático-espaciais da habitação, focalizando as relações entre setorização funcional, trabalho doméstico e estruturas de classe, gênero e raça. Privilegiamos a habitação urbana destinada às camadas médias e altas, onde as hierarquias espaciais se consolidaram de forma mais nítida (Homem, 1996; Caldeira, 2000; Villa, 2008), reconhecendo que a habitação popular e de interesse social apresenta dinâmicas próprias que mereceriam análise específica (Amore; Shimbo; Rufino, 2015). Concentramo-nos nas materialidades espaciais e em suas relações com estruturas sociais, sem esgotar as dimensões simbólicas, fenomenológicas ou antropológicas do habitar.

O estado da arte sobre o tema evidencia uma produção crescente e diversificada. Lima e Toledo (2018), em estudo comparativo de apartamentos em Maceió entre as décadas de 1960 e 1990, demonstram a permanência sistemática do dormitório da empregada nas plantas residenciais nordestinas. Cabral e Gurgel (2022), em análise sintática de unidades habitacionais paulistanas do século XXI, identificam transformações pontuais coexistindo com persistências anacrônicas. Anitelli e Tramontano (2012), ao examinar os edifícios de apartamentos em São Paulo nos anos 1950, evidenciam como o mercado imobiliário consolidou a setorização tripartida como padrão comercial. Guimarães, Brites e Monticelli (2024), em dossiê sobre trabalho doméstico, articulam as dimensões laborais, raciais e de gênero que atravessam esse campo. Este artigo deriva de pesquisa doutoral em desenvolvimento e busca articular a análise histórico-tipológica com a perspectiva do trabalho doméstico como eixo estruturante das hierarquias espaciais na habitação brasileira.

Este artigo organiza-se em quatro momentos: fundamentos coloniais das hierarquias espaciais; persistências no sobrado urbano e no apartamento modernista brasileiro; transformações contemporâneas que desestabilizam o modelo; síntese das conclusões e desdobramentos futuros.

FUNDAMENTOS COLONIAIS DAS HIERARQUIAS ESPACIAIS

A casa-grande colonial constitui o ponto de origem das hierarquias espaciais que atravessam a habitação brasileira até o presente. É nessa matriz edilícia que o trabalho doméstico compulsório encontrou sua primeira expressão espacial sistemática, determinando a separação entre espaços de convívio senhorial e espaços de labor escravizado.

Freyre (2019), em análise das relações entre senhores e escravizados no Brasil rural colonial, identificou na casa-grande não apenas uma tipologia arquitetônica, mas um dispositivo de organização social. O corpo principal da edificação concentrava os espaços de representação e intimidade da família senhorial: sala de visitas, sala de jantar, alcovas. A esses ambientes contrapunha-se a senzala, fisicamente separada do corpo principal, situada nos fundos ou em volume autônomo. Essa distância não era acidental: ela materializava a distinção fundamental entre quem habitava e quem trabalhava, inscrevendo no território doméstico a mesma hierarquia que estruturava a sociedade colonial.

A cozinha ocupava posição estratégica nessa organização. Lemos (1999), em análise das moradias paulistas anteriores ao ecleto, e Lemos (1989), em levantamento histórico da moradia brasileira, demonstram que a cozinha colonial funcionava como espaço de transição entre o mundo senhorial e o mundo do trabalho: situada nos fundos, próxima à senzala e às áreas de serviço, ela era simultaneamente indispensável à família e deliberadamente afastada de seus espaços de convívio. O fogo, o cheiro e, sobretudo, a presença dos escravizados deviam permanecer à distância dos ambientes nobres. Essa lógica de proximidade funcional combinada com afastamento social



produziu o padrão que Amorim (1999) identificaria, séculos depois, como paradigma dos setores na habitação modernista: a tripartição entre área social, área íntima e área de serviço.

As circulações reforçavam essas fronteiras. DaMatta (1997), ao examinar as relações entre casa e rua na cultura brasileira, aponta que os espaços domésticos hierarquizam as pessoas tanto quanto as abrigam. Na casa-grande, essa hierquização se inscrevia nos percursos: havia o acesso principal, reservado à família e às visitas, e os caminhos dos fundos, pelos quais transitavam os escravizados entre a senzala, a cozinha e os espaços de trabalho. Weimer (2005), em estudo sobre a arquitetura popular gaúcha, e Corona e Lemos (1972), no Dicionário da arquitetura brasileira, confirmam que esse padrão de circulações diferenciadas não era exclusivo do Nordeste açucareiro: disseminava-se por diferentes regiões, adaptando-se às condições locais sem abandonar o princípio segregador.

Completavam esse quadro as hierarquias de gênero. O trabalho doméstico na casa-grande era executado majoritariamente por mulheres escravizadas, responsáveis pela cozinha, pela limpeza, pelo cuidado das crianças e pelos serviços pessoais dos senhores. Essa associação entre trabalho doméstico, feminilidade e subalternidade não era circunstancial: consolidou-se como estrutura de longa duração, transmitida às tipologias subseqüentes com notável estabilidade. A abolição da escravidão em 1888 alteraria os sujeitos dessa relação, mas não sua lógica espacial fundamental, como as seções seguintes demonstram.

PERSISTÊNCIAS NO SOBRADO URBANO E NO APARTAMENTO MODERNISTA BRASILEIRO

A setorização tripartida inaugurada pela casa-grande colonial não se extinguiu com a urbanização: migrou para novas tipologias, adaptou-se a novas condições construtivas e encontrou nos dispositivos técnicos do edifício moderno, como escadas, elevadores e corredores, novos instrumentos de invisibilização do trabalho doméstico. Esta seção examina como o sobrado urbano oitocentista e o apartamento modernista brasileiro reelaboraram, cada qual a seu modo, a mesma lógica hierárquica, perpetuando a segregação entre quem habita e quem serve.

Do rural ao sobrado urbano

A transição da casa-grande rural para o sobrado urbano oitocentista não representou ruptura com as hierarquias espaciais coloniais, mas sua reelaboração vertical. Reis Filho (2006), em análise das formas urbanas brasileiras, demonstra como o sobrado adaptou a setorização tripartida às condições dos lotes estreitos e profundos, mantendo os princípios de segregação funcional e social. A solução verticalizada distribuía as funções por pavimentos: térreo para atividades comerciais ou serviços, pavimento nobre para as áreas sociais e íntimas da família, sótão ou pavimentos superiores para dependências de serviço e quartos de empregados.

Chalhoub (1996), em estudo sobre os cortiços e as epidemias na Corte imperial carioca, analisa como as políticas higienistas no Rio de Janeiro condenaram as habitações populares coletivas e incentivaram o sobrado burguês como modelo sanitário e social. Vaz (1995), em pesquisa sobre a habitação coletiva carioca entre 1880 e 1930, mapeia a emergência de tipologias verticalizadas que combinavam unidades autônomas com dispositivos de segregação. Homem (1996), em análise do palacete paulistano da elite cafeeira entre 1867 e 1918, examina a variante luxuosa do sobrado, que incorporava elementos ecléticos europeus sem abandonar a tripartição funcional herdada da casa-grande.

A abolição da escravidão em 1888 poderia ter desestabilizado as hierarquias espaciais domésticas. O que se observou, porém, foi a substituição de um sistema de subordinação por outro. A senzala



desapareceu, mas surgiu o quartinho de criada, geralmente localizado nos fundos da residência, junto à cozinha e à área de serviço. Pinheiro (2011), em análise da arquitetura residencial baiana e suas relações com modelos urbanos europeus, demonstra como a moradia se adaptou à nova configuração do trabalho doméstico pós-abolição, mantendo espaços segregados para empregados. Weimer (2005) identifica padrão similar na arquitetura popular gaúcha, onde os espaços de serviço permaneciam claramente diferenciados dos espaços familiares.

Os sobrados urbanos incorporaram escadas sociais amplas e ornamentadas para uso da família e visitantes, e escadas de serviço estreitas e íngremes, localizadas nos fundos ou em áreas laterais. Reis Filho (2006) descreve essas escadas secundárias como dispositivos de invisibilização: permitiam que empregados transitassem entre pavimentos sem cruzar os espaços nobres, mantendo-se ocultos dos olhares da família e das visitas. Esse mecanismo seria sistematizado, décadas depois, no elevador de serviço do apartamento modernista.

Homem (1996) analisa as plantas dos palacetes paulistanos da virada do século, revelando sofisticação crescente na diferenciação espacial. Surgiam vestíbulos, halls e antecâmaras que regulavam o acesso aos espaços íntimos. A cozinha, antes externa ou semiautônoma, integrava-se ao corpo do edifício, mas permanecia afastada das áreas sociais por corredores e portas de serviço. A copa, ambiente intermediário entre cozinha e sala de jantar, funcionava como zona de amortecimento que filtrava a presença dos empregados, mediação espacial que o apartamento modernista também preservaria.

Apartamento modernista: modernização conservadora

O apartamento verticalizado consolidou-se no Brasil ao longo do século XX como tipologia hegemônica nas grandes cidades. Bonduki (2014), em análise dos pioneiros da moradia coletiva e das origens da habitação social no Brasil, documenta esse processo. Os ideais modernistas de racionalização, habitação mínima e democratização do morar influenciaram arquitetos e urbanistas brasileiros, conforme registram Costa (1995) e Bruand (2005). A aplicação desses princípios no contexto brasileiro, contudo, operou ajustes conservadores que preservaram hierarquias tradicionais.

Tramontano (1998), em tese comparativa sobre modos de vida e espaços domésticos em São Paulo, Paris e Tóquio, identifica no apartamento brasileiro a manutenção da setorização tripartida, diferentemente de experiências europeias e japonesas que exploraram maior flexibilidade e integração espacial. Amorim (1999), em análise tipológica da habitação modernista no Nordeste brasileiro, demonstra como o paradigma dos setores social, íntimo e de serviço estruturou a produção arquitetônica regional. Villa (2008), em levantamento da produção imobiliária em São Paulo e Ribeirão Preto no século XXI, demonstra a persistência de plantas que reproduzem a lógica do sobrado em formato verticalizado.

Anitelli e Tramontano (2012), ao examinar os edifícios de apartamentos paulistanos dos anos 1950, mostram como essa tipologia surge articulada a estratégias do mercado imobiliário, consolidando a setorização tal como teorizada por Amorim (1999). A planta-tipo para camadas médias consolidou padrão reconhecível: área social voltada para a fachada principal, área íntima em posição intermediária, área de serviço nos fundos com cozinha e quarto de empregada. Bonduki (2014) documenta a disseminação desse modelo nos conjuntos habitacionais dos Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs). Bruand (2005) demonstra que mesmo obras de referência do modernismo mantinham a divisão tripartida.

A inovação mais significativa introduzida pelo apartamento foi a sistematização das circulações verticais segregadas. Edifícios para camadas médias e altas passaram a incorporar elevadores de serviço separados dos elevadores sociais. Tramontano (1998) observa que essa duplicação não



tinha justificativa funcional em edifícios residenciais de pequeno porte, revelando motivação exclusivamente social: evitar que empregados e patrões compartilhassem o mesmo espaço no deslocamento vertical. Villa (2008) identifica a persistência dessa solução em empreendimentos das décadas de 1990 e 2000.

A dimensão dos cômodos expressava materialmente as diferenças de status. Shimbo (2010) demonstra que os quartos de empregada raramente ultrapassavam seis metros quadrados, enquanto as suítes patronais (íntima) chegavam a vinte ou trinta metros quadrados. Villa (2008) registra casos de quartos de empregada sem janelas ou com aberturas inadequadas, configurando situações de insalubridade que remetem às senzalas coloniais, como se pode observar na planta-tipo da Figura 2.

Figura 2: Planta-tipo do apartamento modernista (décadas de 1940-1970) - setorização tripartida, circulações segregadas e quarto de empregada.



Fonte: Autor (2026), com base em Bonduki (2014), Tramontano (1998) e Villa (2008).

A planta-tipo do apartamento modernista (1940-1970) sistematizou a setorização tripartida em escala massiva. A zona social ocupa a fachada principal; a zona íntima distribui-se em posição intermediária; a zona de serviço concentra-se nos fundos, com cozinha, área de serviço e quarto de empregada. A duplicação dos acessos verticais, elevadores social e de serviço, reproduziu em altura o mecanismo de invisibilização inaugurado pelas escadas do sobrado oitocentista. O quarto de empregada, com área frequentemente inferior a seis metros quadrados, contrasta com as suítes patronais (íntima) de quinze a vinte e cinco metros quadrados, materializando em superfície a desigualdade que o artigo analisa.



Quarto de empregada como condensador de hierarquias

O quarto de empregada constitui elemento-chave para compreender a persistência das hierarquias espaciais no apartamento brasileiro. Mais que simples cômodo funcional, ele condensa dimensões de classe, gênero e raça que estruturam a sociedade brasileira. Sua localização nos fundos do apartamento, junto à área de serviço, reproduz a lógica colonial de afastamento e invisibilização. Suas dimensões reduzidas e condições frequentemente precárias materializam a desvalorização do trabalho doméstico e das pessoas que o executam.

Kofes (2001), em etnografia da relação entre patroas e empregadas domésticas no Brasil, demonstra como os espaços físicos do apartamento funcionam como dispositivos de naturalização da distância social, inscrevendo no cotidiano doméstico a hierarquia entre quem manda e quem serve. Lima e Toledo (2018) demonstram a permanência sistemática do dormitório da empregada nas plantas residenciais nordestinas entre as décadas de 1960 e 1990. Brites (2007), em pesquisa etnográfica sobre empregadas domésticas em Vitória, analisa como a ambiguidade afetiva entre empregadoras e trabalhadoras reforça, não dissolve, as hierarquias materializadas nesses espaços.

O trabalho doméstico no Brasil é realizado predominantemente por mulheres negras, herança direta da divisão sexual e racial do trabalho estabelecida no período colonial (Freyre, 2019). Guimarães, Brites e Monticelli (2024), em dossiê sobre trabalho doméstico, articulam como raça, gênero e classe se imbricam nas relações de trabalho doméstico remunerado e se inscrevem nas configurações espaciais da moradia brasileira. A arquitetura do apartamento naturaliza essa associação ao prever cômodos específicos para empregadas, mas não para empregados.

A Emenda Constitucional 72, de 2013 (EC 72/2013), e a Lei Complementar 150, de 2015 (LC 150/2015), ampliaram os direitos das trabalhadoras domésticas e aceleraram a transição do regime de trabalho residente para o diarismo. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PNAD Contínua/IBGE, 2020), indicam declínio contínuo do número de empregadas residentes. Villa (2008) documenta como essa mudança pressiona a obsolescência do quarto de empregada, mas identifica persistência anacrônica desse cômodo em plantas lançadas no século XXI. A persistência do quarto de empregada em plantas contemporâneas evidencia os limites da transformação arquitetônica: as formas espaciais não acompanham automaticamente as transformações sociais, podendo retardá-las ao oferecer suporte material para a reprodução de práticas anacrônicas.

TRANSFORMAÇÕES CONTEMPORÂNEAS: RUPTURAS FINALMENTE POSSÍVEIS

As hierarquias espaciais consolidadas ao longo de cinco séculos começaram a ser desestabilizadas nas últimas três décadas por vetores articulados de mudança. O trabalho doméstico, eixo estruturante dessas hierarquias, encontra-se em processo de profunda reconfiguração, e a arquitetura residencial responde a esse processo de modo desigual e contraditório.

Fatores de desestabilização

A legislação trabalhista constitui o fator de maior impacto direto sobre a tipologia residencial. A EC 72/2013 e a LC 150/2015 equipararam as empregadas domésticas aos demais trabalhadores urbanos, acelerando a transição do regime de trabalho residente para o diarismo. Dados da PNAD Contínua (IBGE, 2020) confirmam redução contínua do trabalho doméstico residente ao longo da década de 2010.



As transformações demográficas pressionam igualmente o modelo. A diversificação dos arranjos domésticos, com crescimento de pessoas vivendo sozinhas, famílias monoparentais e composições não nucleares, desestabiliza a setorização patriarcal herdada. Tramontano (1998) demonstra como diferentes arranjos familiares demandam organizações espaciais distintas. Guimarães, Brites e Monticelli (2024) articulam como as transformações nas relações de gênero e nas lutas das trabalhadoras domésticas reconfiguram expectativas sobre a organização da moradia. As inovações tecnológicas reforçam essas pressões: eletrodomésticos mais eficientes, sistemas de automação e serviços terceirizados reduziram o tempo necessário para o trabalho doméstico, tornando dispensáveis as extensas áreas de serviço tradicionais.

A pandemia de Covid-19, a partir de 2020, funcionou como acelerador dessas tendências e revelador de inadequações. Valeriano e Tosta (2021), em análise interseccional sobre trabalho e família de trabalhadoras domésticas em contexto pandêmico, demonstram como o confinamento aprofundou desigualdades estruturantes da ocupação, expondo as precariedades dos quartos de empregada reconvertidos em espaços de trabalho remoto e a centralidade do trabalho doméstico para a reprodução da vida. O mercado imobiliário respondeu com valorização de varandas, espaços de trabalho integrados e flexibilidade programática.

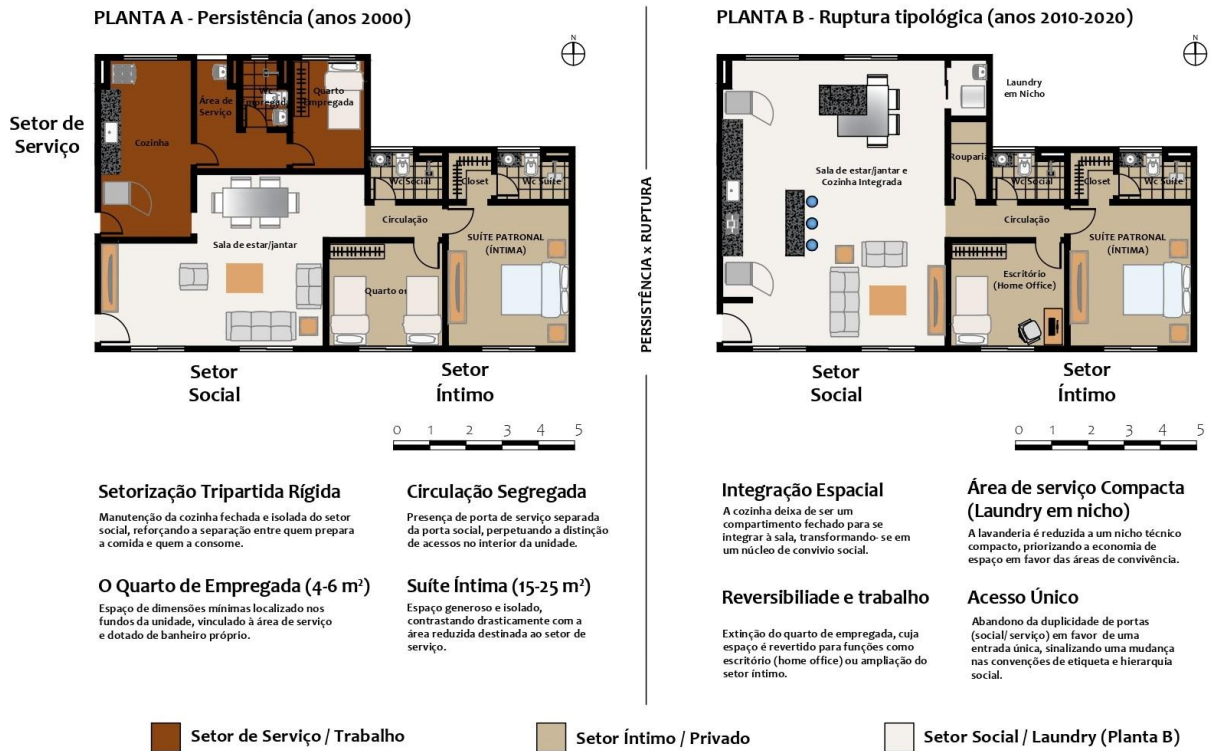
Reconfiguração de plantas

A resposta tipológica distribui-se em três tendências coexistentes. As adaptações conservadoras mantêm a estrutura tripartida com ajustes superficiais: o quarto de empregada converte-se em depósito ou escritório, mas permanece nos fundos. As transformações parciais incorporam integração espacial sem romper completamente com a lógica herdada: cozinhas abertas convivem com portas de serviço remanescentes. As rupturas tipológicas, ainda minoritárias, propõem plantas totalmente integradas, lavanderias em nicho e flexibilidade espacial efetiva. Shimbo (2010) e Villa (2008) documentam as duas primeiras tendências na produção paulista; Cabral e Gurgel (2022), por meio de análise sintática de unidades em São Paulo, confirmam processos de reconfiguração tipológica em curso, conforme ilustra a Figura 3.



Figura 3: Par de plantas comparativas: apartamento com quarto de empregada (anos 2000) e apartamento integrado sem setorização rígida (anos 2010-2020). Mesma escala.

Persistência x Ruptura: A Evolução da Planta do Apartamento Brasileiro



Fonte: Autor (2026), com base em Villa (2008) e Cabral e Gurgel (2022).

O par de plantas comparativas, desenhadas na mesma escala, evidencia a coexistência de lógicas opostas na produção imobiliária brasileira contemporânea. A Planta A, típica dos anos 2000, mantém o quarto de empregada nos fundos da unidade, junto à área de serviço, com área inferior a seis metros quadrados, e a porta de serviço como acesso secundário. A Planta B, representativa de empreendimentos dos anos 2010-2020, elimina o quarto de empregada, integra a cozinha à sala e reduz a área de serviço a nicho técnico. A comparação demonstra que rupturas tipológicas são possíveis, mas permanecem parciais e desiguais: os dois modelos coexistem no mercado, revelando a inércia das formas espaciais diante das transformações sociais.

As persistências problemáticas revelam os limites dessas transformações. Fix (2011) demonstra que a compactação econômica das unidades elimina o quarto de empregada por cálculo de custo, não por questionamento das hierarquias. Amore, Shimbo e Rufino (2015) confirmam que as unidades do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) dispensam a área de serviço segregada por restrição orçamentária, não por ruptura conceitual. A inércia tipológica constitui instrumento ativo de reprodução de desigualdades de classe, gênero e raça que atravessam a sociedade brasileira.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo examinou as hierarquias espaciais da habitação brasileira do período colonial ao contemporâneo para demonstrar que a organização interna das moradias não resulta de escolhas técnicas neutras: ela materializa estruturas sociais de longa duração vinculadas ao trabalho doméstico, à classe, ao gênero e à raça. A setorização tripartida entre áreas social, íntima e de serviço atravessou transformações políticas, econômicas e tecnológicas significativas, revelando notável capacidade de adaptação e persistência.

A casa-grande colonial estabeleceu a matriz organizacional. Fundada na escravidão e no patriarcalismo, consolidou princípios de segregação funcional e social que ultrapassaram seu período histórico. O sobrado urbano oitocentista verticalizou essa setorização, distribuindo funções por pavimentos e duplicando as circulações. A abolição da escravidão não eliminou as hierarquias domésticas: a senzala desapareceu, mas surgiu o quartinho de criada nos fundos da residência. O apartamento modernista brasileiro consolidou essas hierarquias em escala massiva, sistematizando elevadores de serviço, corredores secundários, portas de serviço e quartos de empregada. Em cada transição, o discurso arquitetônico invocava modernização e democratização; as práticas projetuais preservavam os dispositivos de segregação.

As transformações contemporâneas, intensificadas a partir da década de 1990 e aceleradas pela pandemia de Covid-19, indicam possibilidades efetivas de ruptura. Legislação trabalhista, transformações demográficas, mudanças nas relações de gênero e inovações tecnológicas desestabilizaram o modelo estabelecido. Identificamos plantas que abandonam a segregação rígida e buscam maior flexibilidade espacial. As rupturas, porém, permanecem parciais, desiguais e contraditórias: coexistem empreendimentos que integram ambientes e outros que reproduzem anacronismos inadmissíveis.

Três conclusões centrais emergem desta análise. A organização espacial da habitação brasileira não pode ser compreendida como sequência de soluções técnicas autônomas: ela materializa estruturas sociais profundas, opera como pedagogia permanente da desigualdade e inscreve no cotidiano e nos corpos as posições sociais diferenciadas. As transformações arquitetônicas não precedem nem determinam transformações sociais, mas mantêm com elas relações dialéticas: a arquitetura responde a essas transformações, mas pode também retardá-las ao oferecer suporte material para práticas anacrônicas. A persistência das hierarquias espaciais ao longo de cinco séculos evidencia os limites históricos da democratização social no Brasil: conceber habitações menos hierarquizadas demandas não apenas inovações projetuais, mas transformações sociais que questionem estruturas arraigadas de desigualdade.

Este artigo privilegiou a análise das organizações programático-espaciais da habitação urbana de médio e alto padrão, apoiada em revisão bibliográfica histórico-tipológica. Dimensões simbólicas, fenomenológicas e empíricas do habitar, bem como a habitação popular e de interesse social, apresentam dinâmicas próprias que merecem investigação específica. Desdobramentos futuros poderão incorporar as vozes das trabalhadoras domésticas, aprofundar as dimensões raciais do fenômeno e desenvolver comparações internacionais que contextualizem a especificidade brasileira. Defendemos que a arquitetura assume responsabilidade ética ao questionar, por meio de suas práticas projetuais, as desigualdades que historicamente materializou.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMORE, Caio Santos; SHIMBO, Lúcia Zanin; RUFINO, Maria Beatriz Cruz (org.). **Minha casa... e a cidade?** Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida em seis estados brasileiros. São Paulo: Editora Unesp; Belo Horizonte: C/Arte, 2015.
- AMORIM, Luiz Manuel do Eirado. **The sectors' paradigm: a study of the spatial and functional nature of modernist housing in northeast Brazil**. 1999. Tese (Doutorado) – The Bartlett School of Graduate Studies, UCL (University College London), Londres, 1999. Disponível em: <https://discovery.ucl.ac.uk/id/eprint/10123289/>. Acesso em: 22 out. 2025.
- ANITELLI, Felipe; TRAMONTANO, Marcelo. Edifícios de apartamentos, São Paulo, anos 1950: mercado imobiliário e (um pouco de) arquitetura. Pós. Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP, São Paulo, v. 19, n. 31, p. 66-81, 2012. DOI: 10.11606/issn.2317-2762.v19i31p66-81. Disponível em: <https://revistas.usp.br/posfau/article/view/48067>. Acesso em: 15 set. 2025.
- BONDUKI, Nabil Georges. **Pioneiros da habitação social no Brasil: cem anos de construção de política pública**. 3. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2014.
- BRITES, Jurema. Afeto e desigualdade: gênero, geração e classe entre empregadas domésticas e seus empregadores. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 29, p. 91-109, jul./dez. 2007. DOI: 10.1590/S0104-83332007000200005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/sYvxW4VrSjVfNcPpwmncMfx/>. Acesso em: 20 mar. 2026.
- BRUAND, Yves. **Arquitetura contemporânea no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- CABRAL, Tamires Oliveira; GURGEL, Ana Paula Campos. Modificações espaciais nos apartamentos paulistanos: análise sintática de unidades dos edifícios Modular Alfa e Flora. **Revista de Morfologia Urbana**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 1-18, 2022. DOI: 10.47235/rmu.v10i2.257. Disponível em: <https://revistademorfologiaurbana.org/index.php/rmu/article/view/257>. Acesso em: 28 set. 2025.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Editora 34; Edusp, 2000.
- CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- CORONA, Eduardo; LEMOS, Carlos A. C. **Dicionário da arquitetura brasileira**. 2. ed. São Paulo: Edart, 1972.
- COSTA, Lúcio. **Registro de uma vivência**. São Paulo: Empresa das Artes, 1995.
- DaMATTA, Roberto. **A casa & a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- FIX, Mariana. **Financeirização e transformações recentes no circuito imobiliário no Brasil**. 2011. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/815022>. Acesso em: 23 set. 2025.
- FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**. 51. ed. São Paulo: Global, 2019.
- GUIMARÃES, Nadya Araujo; BRITES, Jurema; MONTICELLI, Thays. Apresentação: trabalho doméstico: registrar e (re)pensar o Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, v. 54, e11441, 2024. DOI: 10.1590/1980531411441. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/11441>. Acesso em: 20 mar. 2026.



HOMEM, Maria Cecília Naclério. **O palacete paulistano e outras formas urbanas de morar da elite cafeeira, 1867-1918**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: outras formas de trabalho: 2019**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101722_informativo.pdf . Acesso em: 12 set. 2025.

KOFES, Suely. **Mulher, mulheres: identidade, diferença e desigualdade na relação entre patroas e empregadas domésticas**. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. **Casa paulista: história das moradias anteriores ao ecletismo trazido pelo café**. São Paulo: EDUSP, 1999.

LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. **História da casa brasileira**. São Paulo: Contexto, 1989.

LIMA, Jéssica Caroline Rodrigues de; TOLEDO, Alexandre Márcio. A permanência do dormitório da empregada nos apartamentos: estudo comparativo nas décadas de 1960 a 1990 em Maceió/AL. **Gestão & Tecnologia de Projetos**, São Carlos, v. 13, n. 3, p. 79-96, 2018. DOI: 10.11606/gtp.v13i3.145099. Disponível em: <https://revistas.usp.br/gestaodeprojetos/article/view/145099> . Acesso em: 10 out. 2025.

PINHEIRO, Eloísa Petti. **Europa, França e Bahia: difusão e adaptação de modelos urbanos (Paris, Rio e Salvador)**. 2. ed. Salvador: EDUFBA, 2011. Disponível em: <http://www.repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/5377> . Acesso em: 30 set. 2025.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Notas sobre a urbanização dispersa e novas formas de tecido urbano**. São Paulo: Via das Artes, 2006.

SHIMBO, Lúcia Zanin. **Habitação social, habitação de mercado: a confluência entre Estado, empresas construtoras e capital financeiro**. 2010. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2010. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/18/18142/tde-04082010-100137/> . Acesso em: 8 nov. 2025.

TRAMONTANO, Marcelo Cláudio. **Novos modos de vida, novos espaços de morar, Paris, São Paulo, Tokyo: uma reflexão sobre a habitação contemporânea**. 1998. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998. DOI: 10.11606/T.16.1998.tde-08062021-105153. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16131/tde-08062021-105153/> . Acesso em: 7 nov. 2025.

VALERIANO, Marta Maria; TOSTA, Tania Ludmila Dias. Trabalho e família de trabalhadoras domésticas em tempos de pandemia: uma análise interseccional. **Civitas: Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, v. 21, n. 3, p. 412-422, set./dez. 2021. DOI: 10.15448/1984-7289.2021.3.40571. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/civitas/article/view/40571> . Acesso em: 20 mar. 2026.

VAZ, Lilian Fessler. **História da habitação coletiva na cidade do Rio de Janeiro: estudo da modernidade através da moradia**. 1995. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995. DOI: 10.11606/T.16.1995.tde-18082025-122533. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/T.16.1995.tde-18082025-122533> . Acesso em: 14 nov. 2025.

VILLA, Simone Barbosa. **Morar em apartamentos: a produção dos espaços privados e semi-privados nos edifícios ofertados pelo mercado imobiliário no século XXI em São Paulo e seus impactos na cidade de Ribeirão Preto: critérios para avaliação pós-ocupação**. 2008. Tese (Doutorado em



Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. DOI: 10.11606/T.16.2008.tde-19112010-112443. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16132/tde-19112010-112443/pt-br.php> . Acesso em: 19 nov. 2025.

WEIMER, Günter. **Arquitetura popular brasileira**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

